

## **Desenvolvimento Territorial na Amazônia Paraense: impactos nos modos de vida da Comunidade São José**

**Territorial Development in the Amazon of Paraense: impacts on the lifestyle of the São José Community**

**Desarrollo Territorial en la Amazonia Paraense: impactos en el estilo de vida de la Comunidad São José**

Recebido: 03/10/2022 | Revisado: 16/10/2022 | Aceitado: 18/10/2022 | Publicado: 23/10/2022

### **Renato Matos Marques**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1672-8173>  
Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: [r.marquex@hotmail.com](mailto:r.marquex@hotmail.com)

### **Afonso Wellinton de Sousa Nascimento**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2351-4683>  
Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: [afonsows27@gmail.com](mailto:afonsows27@gmail.com)

### **Francinei Bentes Tavares**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1170-6538>  
Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: [francinei@ufpa.br](mailto:francinei@ufpa.br)

### **Resumo**

Este artigo é parte integrante de uma pesquisa de mestrado intitulada “Modos de vida na Comunidade São José: Conflitos, Territórios e Territorialidades frente à Implantação do Projeto Albras/Alunorte (Barcarena-Pará)”, apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Abaetetuba. O artigo objetiva apresentar as possíveis relações acerca do discurso de desenvolvimento, desenvolvimentismo e sua reverberação na Comunidade São José, em diálogo com as diversas frentes de transformações ocorridas em Barcarena, de ordem material e imaterial: econômica, territorial, industrial, estrutural, habitacional, cultural, e seus respectivos impactos nos modos de vida dos moradores da comunidade citada acima. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo historiográfica ancorada na História Oral por meio da técnica de entrevista semiestruturada realizados com 5 (cinco) moradores da comunidade investigada. A mesma encontra-se fundamentada nos escritos de Duarte, Sarmento, Ponte, Maia, Silva et al. Os resultados apontam que a construção e execução de projetos de desenvolvimento que buscavam integrar e otimizar a exploração do espaço amazônico promoveram alterações territoriais com a chegada/operação dos novos empreendimentos empresariais advindos da atividade industrial minerometalúrgica e toda a rede de infraestrutura trazendo profundas alterações, implicações e transformações materiais nas condições de vida das famílias oriundas da comunidade São José, como consequência, provocou um campo dinâmico de desterritorialização e da constituição da identidade desta população.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento territorial; Amazônia Paraense; Modos de vida; Comunidade São José.

### **Abstract**

This article is integral part of a master's research entitled "Ways of life in the São José Community: Conflicts, Territories and Territorialities in the face of the Implementation of the Albras/Alunorte Project (Barcarena-Pará)", presented to the Interdisciplinary Graduate Program in Cities, Territories and Identities (PPGCITI), from the Federal University of Pará (UFPA), Abaetetuba. The article aims to present the possible relationships about the discourse of development, developmentalism and its reverberation in the São José Community, in dialogue with the different fronts of transformations that took place in Barcarena, of a material and immaterial order: economic, territorial, industrial, structural, housing, cultural heritage, and their respective impacts on the ways of life of the residents above mentioned community. This is a research with a qualitative approach, historiographical type anchored in Oral History through the technique of semi-structured interviews carried out with 5 (five) residents of the investigated community. It is based on the writings of Duarte, Sarmento, Ponte, Maia, Silva et al. The results indicate that the construction and execution of development projects that sought to integrate and optimize the exploration of the Amazon space promoted territorial changes with the arrival/operation of new business ventures arising from the mining and metallurgical industrial activity and the entire infrastructure network bringing profound changes, implications and material

transformations in the living conditions of families from the São José community, as a consequence, provoked a dynamic field of deterritorialization and the constitution of the identity of this population.

**Keywords:** Territorial development; Paraense Amazon; Lifestyle; San Jose Community.

### Resumen

Este artículo es parte integral de una investigación de maestría titulada "Modos de vida en la Comunidad de São José: Conflictos, Territorios y Territorialidades frente la Implementación del Proyecto Albras/Alunorte (Barcarena-Pará)", presentada al Posgrado Interdisciplinario Programa en Ciudades, Territorios e Identidades (PPGCITI), de la Universidad Federal de Pará (UFPA), Abaetetuba. El artículo tiene como objetivo presentar las posibles relaciones sobre el discurso del desarrollo, el desarrollismo y su reverberación en la Comunidad de São José, en diálogo con los diferentes frentes de transformaciones que ocurrieron en Barcarena, de orden material e inmaterial: económico, territorial, industrial, estructural, habitacional, patrimonial cultural, y sus respectivos impactos en los modos de vida de los habitantes de dicha comunidad. Se trata de una investigación con enfoque cualitativo, de tipo historiográfico anclado en la Historia Oral a través de la técnica de entrevistas semiestructuradas realizadas con 5 (cinco) habitantes de la comunidad investigada. Se basa en los escritos de Duarte, Sarmiento, Ponte, Maia, Silva et al. Los resultados indican que la construcción y ejecución de proyectos de desarrollo que buscaron integrar y optimizar la exploración del espacio amazónico promovieron cambios territoriales con la llegada/operación de nuevos emprendimientos comerciales derivados de la actividad industrial minero-metalúrgica y de toda la red de infraestructura trayendo profundas cambios, implicaciones y transformaciones materiales en las condiciones de vida de las familias de la comunidad de São José, como consecuencia, provocaron un campo dinámico de desterritorialización y de constitución de la identidad de esta población.

**Palabras clave:** Desarrollo territorial; Paraense Amazonas; Estilo de vida; Comunidad de San José.

## 1. Introdução

O desenvolvimento é algo que todos os países buscam alcançar, com o Brasil não foi diferente, vários foram os projetos que buscavam atingir esse tão sonhado desenvolvimento. A prática mais exitosa consiste na ação do capital global frente o espaço local, no qual, por intermédio do Estado ocorre a consolidação da existência das empresas transnacionais, transformando a economia de base agrícola em industrial em pouco tempo.

Esse projeto de desenvolvimento ancorado em uma tríade de capital (estatal, privado nacional e estrangeiro) remonta os anos iniciais do decênio de 1970, em um Brasil de governo militar que a partir do ideário rostowiano busca dinamizar a economia nacional a partir da construção de parques industriais em várias regiões do Brasil, em particular a região amazônica, por considerar esse espaço até então pouco integrado à economia nacional. As ações implementadas para esse fim fizeram dessa região um território vinculado as ações do capital global.

Diante do exposto, apresentamos este artigo como parte integrante de uma pesquisa de mestrado intitulada "Modos de vida na Comunidade São José: Conflitos, Territórios e Territorialidades frente à Implantação do Projeto Albras/Alunorte (Barcarena-Pará)", apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Ciudades, Territórios e Identidades (PPGCITI), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Abaetetuba, especificamente, na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios.

Tal estudo apresenta reflexões sobre a relação global e local a partir do avanço do sistema do capital nos diversos territórios brasileiros, o que vem causando inúmeros impactos socioambientais às vidas existentes nesse território. Nesse contexto, torna-se necessário destacar o avanço desse capital global sobre a região amazônica, alavancada pelos chamados grandes projetos energético-minero-industrial-agrícolas, especificamente, em relação à Comunidade São José, localizada no município de Barcarena-Pará. Chamo atenção para o fato da não mais existência desta comunidade, uma vez que em seu lugar, hoje existe a planta fabril da Alunorte.

Diante dessas ações desenvolvimentistas, nos propomos a investigar: de que forma os modos de vida dos moradores da Comunidade São José e suas territorialidades foram alteradas após o período de implantação das ações do Projeto

Albras/Alunorte no município de Barcarena, no Pará?

A fim de responder a questão-problema, objetivou-se apresentar as possíveis relações acerca do discurso de desenvolvimento, desenvolvimentismo e sua reverberação na Comunidade São José, em diálogo com as diversas frentes de transformações ocorridas em Barcarena, de ordem material e imaterial: econômica, territorial, industrial, estrutural, habitacional, cultural, e seus respectivos impactos nos modos de vida dos moradores da comunidade de São José no município de Barcarena, no estado do Pará.

## 2. Metodologia

Nossa pesquisa encontra-se fundamentada no aporte teórico de Duarte (2009), Sarmiento (2008), Ponte (2010), Maia (2017), Silva, et al (2017) entre outros autores que tratam sobre o ideário do desenvolvimento para o Brasil (ancorado no contexto histórico) e as perspectivas pensadas para Amazônia, bem como na História Oral (história de vida) dos sujeitos entrevistados. O contexto histórico data de meados da década de 1980 até os dias atuais. Esse recorte temporal nos permite estabelecer uma análise baseada nas ações implementadas pelo governo e as percepções que os moradores da comunidade afetada têm da realidade vivenciada por eles durante todo o processo (antes, durante e depois) da implantação dos projetos agroindustriais, minerometalúrgicos na Amazônia.

O trabalho em questão centra-se em uma abordagem qualitativa, do tipo historiográfica ancorado na História Oral fundamentado nos estudos de Bosi (1994), Alberti (2004; 2004), Candau (2011), Delgado (2003; 2010), Halbwachs (2006) Meihy & Holanda (2010), Pollak (1989; 1992), Portelli (1997); Ricoeur (2007); Thompson (1992;1997). Tal abordagem surge após a segunda guerra mundial, quando os historiadores sentem a necessidade de dar aqueles personagens sociais, pessoas simples, do povo, a oportunidade de falar e expor, principalmente os traumas do pós-guerra (Meihy & Holanda, 2010). Com a democratização da história oral essa margem se ampliou, o que possibilitou que uma parcela dos cidadãos que viviam (e ainda vivem) à margem da sociedade, tais como: mulheres, negros/as, homossexuais, lésbicas, transgêneros, trabalhadores/as, comunidades tradicionais, tivessem voz para a memória coletiva. Por muito tempo essas pessoas sequer eram lembradas nos livros, porque foram silenciadas, não podiam falar sobre sua realidade, suas vivências, experiências de vida e visões de mundo.

A escolha pela metodologia da História Oral justifica-se primeiramente pelos sujeitos da pesquisa que são ex-moradores de uma antiga comunidade localizada no município de Barcarena-Pará. São pessoas simples que foram retiradas de seus territórios (rurais) e realocadas em outro espaço, o urbano. Por esse motivo, escolhemos dentro dessa abordagem a História Oral de Vida (HOV) chamada por Delgado (2010) de trajetórias de vida, para este autor, esse tipo de narrativa é mais curta e se refere, geralmente a algum período da vida dos sujeitos entrevistados. Segundo o Programa de História Oral do CPDOC<sup>1</sup> “As entrevistas de história oral são tomadas como fonte para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registros. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo do pesquisador que procura o entrevistado e lhe faz perguntas”, normalmente, sobre fatos ou situações que se quer conhecer.

Nesse contexto, segundo Candau (2011), a História Oral não se sustenta sozinha, mas, sobretudo, na atividade de rememorar e no jogo entre memória e identidade. Durante o diálogo em história oral o informante faz escolhas memoriais, movido pelos engajamentos do presente, pelas rememorações do passado e aspirações do futuro.

O material analisado parte do relato oral coletado através de entrevista semiestruturada que foi realizada com 5 ex-moradores dessa comunidade, os mais idosos. A escolha destes sujeitos dar-se-á pela necessidade de acessar a história de um tempo passado que se encontra guardada, preservada na memória dos mais velhos. Tal relato é fruto da rememoração do passado a fim de obter informações sobre os modos de vida dos moradores da Comunidade São José e suas territorialidades no

---

<sup>1</sup> <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historia-oral>

período precedente às ações de implantação do Projeto Albras/Alunorte; e por fim, saber qual a relação existente entre as ações de implantação do Projeto Industrial Albras/Alunorte e o processo de ocupação/desocupação territorial pelo qual passaram os moradores da Comunidade São José no município de Barcarena, no Pará

Nesse sentido, interessa aqui visualizar nas frestas da memória das moradoras, não exatamente o relato verossímil, mas as próprias lembranças externalizadas, pois não importa em nossa pesquisa julgar as diferentes motivações ou ideologias preexistentes na fala dos entrevistados, e sim, atestar sua relação com o evento estudado (Bosi, 1994).

Nessa perspectiva, segundo Delgado (2003), seguem juntos tempo, memória, espaço e história, numa relação não harmoniosa, mas tensa na busca pela apropriação e reconstrução da memória pela história. Em nossa pesquisa buscamos rememorar um passado vivido pela comunidade São José, sem a intenção de alterar o que passou, visto que o próprio tempo se propõe a modificar ou reafirmar o significado do passado que nos propomos a investigar.

A coleta de dados se deu a partir das entrevistas que só foram realizadas presencialmente em meados do mês de setembro de 2020, primeiro, por conta do contexto de pandemia que assolou o mundo todo e, posteriormente, pelo fato de que os sujeitos entrevistados residem em diferentes locais, o que levou este pesquisador a realizar diversas viagens com o propósito de obter tais entrevistas.

Cabe ressaltar, também, que apesar do contexto pandêmico que se encontra o mundo, os sujeitos entrevistados foram muito solícitos em produzir respostas aos questionamentos levantados por esse entrevistador, constituindo um momento em que mostraram-se saudosos em suas falas ao discorrerem suas memórias sem desprender-se do momento atual, sempre relacionadas às suas vivências na comunidade, ao momento contemporâneo, estabelecendo assim um paralelo entre o modo de vida que tinham antes com o que vivenciam hoje.

Como citado anteriormente, o mês de setembro foi bastante fecundo no agendamento e realização das entrevistas. Ver o Quadro 1 abaixo que apresenta o “Cronograma das entrevistas” realizadas:

**Quadro 1:** Cronograma de entrevistas.

| <b>Data das entrevistas</b> | <b>Moradores entrevistados</b>      | <b>Idade dos entrevistados</b> |
|-----------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|
| 05. 09. 2020                | Dona Maurícia Barbosa da Silva      | 70 anos                        |
| 11. 09. 2020                | Maria das Graças Furtado            | 66 anos                        |
| 14. 09. 2020                | Raimundo dos Santos Barros          | 72 anos                        |
| 20. 09. 2020                | Onila Barbosa dos Santos            | 78 anos                        |
| 25. 09. 2020                | Raimunda do Socorro da Silva Serrão | 49 anos                        |

Fonte: Autores (2021).

Assim, no dia 05. 09. 2020 realizou-se entrevista com Dona Maurícia Barbosa da Silva, de 70 anos de idade; destaca-se que os relatos aqui angariados se demonstraram muito férteis, entre outras coisas, devido ao conhecimento de décadas entre a entrevistada e a família deste pesquisador. Posteriormente, efetivou-se entrevista com a senhora Maria das Graças Furtado, de 66 anos no dia 11. 09. 2020. Na sequência, entrevistou-se em 14. 09. 2020 o senhor Raimundo dos Santos Barros, de 72 anos, único indivíduo do sexo masculino que atendia ao perfil aqui delimitado. Dias depois, realizou-se entrevista com a senhora Onila Barbosa dos Santos, de 78 anos, em 20. 09. 2020. Por fim, a última entrevista conseguida ocorreu em 25. 09. 2020, Raimunda do Socorro da Silva Serrão, de 49 anos, que apesar de ser a mais jovem, revelou respostas instigantes sobretudo quanto aos anos mais atuais.

O aporte teórico-metodológico apresentado nesta seção serviu para a formação de um importante arcabouço para a efetivação da pesquisa e análise dos dados coletados; na sequência, para dar continuidade a pesquisa, apresenta-se as ideias de

desenvolvimento e desenvolvimentismo pensadas para o Brasil e, especificamente, para a Amazônia.

### 3. Resultados e Discussão

#### 3.1 O Desenvolvimento e Desenvolvimentismo à Brasileira

O ideário inicial acerca de desenvolvimento e desenvolvimentismo como atribuição de Estado no Brasil, inaugura-se com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, perpassando pelo governo de Juscelino Kubitschek, e reverberando-se nos governos autoritários da experiência militar no poder da República brasileira. De acordo com Albuquerque (2015, p. 2), o nacional-desenvolvimentismo fora marcado por dois momentos distintos, porém complementares antecedentes à experiência dos governos militares “O período desenvolvimentista costuma ser dividido em i) industrialização restringida (1933 – 1955) e ii) industrialização pesada (1955 – 1980)”; no primeiro, nota-se um momento de pouca participação do capital estrangeiro, já no segundo, a promoção dos planos de industrialização esteve fundamentalmente vinculada à abertura ao capital estrangeiro.

Já nos anos iniciais da década de 1960, têm-se um hiato prático e discursivo acerca das premissas desenvolvimentistas em consonância com a proposta de desenvolvimento não só do setor produtivo, com vistas à substituição das exportações, mas também, quanto à recorrência à empréstimos estrangeiros com fins a investimentos em infraestrutura. No entanto, com a ascensão dos militares ao poder no Palácio do Planalto em 1964, promoveu na segunda metade da década de 1960, já no primeiro governo a “reconstrução econômica, atacando a inflação, corrigindo distorções no funcionamento da economia e recuperando-lhe a infraestrutura” (Brasil, 1971, p. 13).

De acordo com Duarte (2009), de início a experiência do Estado Autoritário no Brasil, buscou afastar-se da ideia de desenvolvimento, posteriormente, tal postura foi modificando-se, já que “a observação de que a “segurança é filha do desenvolvimento”, e que o “desenvolvimento é progresso econômico, social e político, corresponde a uma mudança de tática” (Duarte, 2009, p. 159). Já com Geisel, temos uma postura mais humanística frente a ideia de desenvolvimento, já que:

O conceito de desenvolvimento defendido pelos militares, foi um conceito pragmático, mas, nos discursos de Geisel ele parecia com uma coloração humanista, com em seu discurso em Bonn, no encontro Teuto-Brasileiro de empresários: “concebemos o desenvolvimento como o aproveitamento organizado dos recursos naturais, do capital, do trabalho, da tecnologia em prol do bem estar dos povos” (FOLHA DE GOIAS, 08. 03. 1978, p. 8 *apud* Duarte, 2009, p. 160).

Um dos pilares de sustentação desta frente de desenvolvimento primou pela expansão da produção e distribuição de energia elétrica; pelo estabelecimento de fundos de fomento à atividade industrial e às telecomunicações; além da criação de um fundo financeiro de habitação alicerçado na instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. De acordo com os dados oficiais, nota-se que o segundo governo militar deu maior vazão a estas frentes de otimização do setor produtivo e estrutural, também com a tentativa de conciliar: investimento em infraestrutura e crescimento econômico, com aumento nos indicadores sociais, como educação, moradia, formação de mão obra qualificada e desenvolvimento científico, em um amplo projeto de aceleração econômica. Para tanto:

Promoveu-se não só a efetivação de um grande programa de Transportes e Telecomunicações, mas também a criação de mecanismos financeiros para setores como a Educação, o Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Agricultura, bem como, ainda a implantação de novas estruturas na administração federal, com a institucionalização do sistema de planejamento e com a primeira etapa da Reforma Administrativa. (Brasil, 1971, p. 13).

A leitura do excerto acima, permite visualizar o entendimento do Estado brasileiro acerca da ideia de desenvolvimento, pois parece alinhar-se ao que Rostow (1974) enunciou como momento de transição entre a segunda e a

terceira fase do desenvolvimento, respectivamente: as condições para o arranco e o arranco. Na fase de criação de condições para o arranco, a sociedade busca por meio do acesso e progresso tecnológico a efetivação da especialização do trabalho e modernização do setor produtivo e a melhoria da gestão monetária; já na fase do arranco, o desenvolvimento já encontra um caminho pavimentado, pois já se encontram cerceadas as possíveis amarras: políticas, tecnológicas, institucionais, entre outras; assim, moderniza-se a sociedade não apenas quanto aos indicadores econômicos, produtivos, mas também, institucionais, políticos, e, sociais.

Para Sarmiento (2008), as condições para o arranco rostowiano demonstraram-se favoráveis depois de 1929 com o advento da “revolução industrial brasileira”, a intervenção de um Estado forte, intervencionista em busca de modernização produtiva e social desde Getúlio Vargas, passando por Juscelino Kubitschek, chegando aos governos militares, momentos políticos distintos, mas que favoreceram o atenuar de problemas como sobre a indústria pesada, energia e combustíveis.

De acordo com as ações efetivadas pelo governo brasileiro enunciadas no trecho do documento apresentado acima, o ideário de desenvolvimento rostowiano encontra grande aceitação, pois indica a ruptura com o chamado determinismo econômico, entendendo-se que o desenvolvimento estaria condicionado a relação de elementos econômicos a elementos não econômicos, e isto fomentado pela intervenção do Estado, de forma a fomentar inovações produtivas, monetárias, institucionais, sociais, como exemplo de modernização: educacional, tecnológica, de seguridade social, de infraestrutura e administrativa, empreendidas pelos governos militares.

Na visão destes governos, as condições estavam criadas, devendo ser ampliadas por meio de um grande projeto de desenvolvimento que compreendesse diversos setores da economia, infraestrutura, mercados de capitais e as várias regiões brasileiras, daí publica-se o Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1972/1974) durante o governo Médici. Na introdução aos objetivos desse Plano enuncia-se o atendimento às premissas rostowianas pensadas acerca das fases de desenvolvimento por ele teorizadas com base na experiência de países desenvolvidos.

O modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições para, no período de uma geração, transformar o Brasil em uma nação desenvolvida, constitui o modelo brasileiro de desenvolvimento. Esse modelo nacional deve, por um lado, criar economia moderna, competitiva e dinâmica, e, por outro lado, realizar democracia econômica, social, racial e política consoante à índole brasileira. (Brasil, 1971, p. 14).

O encaminhamento de tais estratégias e alcance de seus objetivos, pressupunha-se um modelo de desenvolvimento alinhado às diversas demandas nacionais, regionais, também sociais, pois explicita-se certa urgência na materialização de um modelo de desenvolvimento norteado por um caráter integrador, que garanta:

Ampla disseminação dos resultados do progresso econômico, alcançando todas as classes de renda e todas as regiões; transformação social para modernizar as instituições, acelerar o crescimento, distribuir melhor a renda e manter uma sociedade aberta; estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob regime democrático; segurança nacional interna e externa. (Brasil, 1971, p. 14).

O anunciado paradigma de crescimento econômico associado à modernização da produção, da administração pública e o alcance deste progresso planejado às diversas regiões e classes, parece ter se dado por um movimento contínuo de efervescência e contradições. De acordo com Sarmiento (2008), a ampliação do produto industrial e elevação do Produto Interno Bruto (PIB), durante a experiência brasileira de arranco acabou não representando melhorias na qualidade de vida e no poder aquisitivo dos brasileiros, além do que apresentou sérias distorções, que ainda persistem entre as regiões brasileiras, simplificada, comparando-se o caso brasileiro ao dos Estados Unidos; sendo que aqui, este dito arranco privilegiou a

industrialização do sul, em detrimento do norte, e lá inicialmente se deu norte. No Brasil, “o Sul deteve a primazia da industrialização e teve parcela infinitamente maior que o Norte, Nordeste e centro-oeste” (Sarmiento, 2008, p. 185).

Acerca desta distorção quanto ao desenvolvimento materializado de forma assimétrica entre as regiões brasileiras e as consequentes baixas elevações na qualidade de vida dos brasileiros, sobretudo os habitantes nas regiões menos assistidas por industrialização e infraestrutura, torna-se imperiosa o tensionamento teórico acerca do modelo de desenvolvimento brasileiro, entre: desenvolvimentistas e liberais. Os primeiros, advogando um modelo de desenvolvimento pautado na intervenção do Estado, na formação de um aparelho estatal com vistas à normatização monetária e a pesquisa e implantação de polos industriais, fomento à iniciativa industrial e energética público e privada, com clara predileção à industrialização como propulsor do desenvolvimento.

Já os liberais, defendendo que o Estado não deve ser intervencionista na economia, pois isto se traduziria como a criação de barreiras ao mercado, o que alinha-se ao caso brasileiro, pois afirma-se que “a escola liberal entende que os governos dos países insuficientemente desenvolvidos não devem perturbar ou impedir a ordem perfeita do mercado através de demagogias sobre planejamento que na maioria das vezes possuem conotações políticas” (Sarmiento, 2008, p. 156); além disso, não enxergam a supervalorização da industrialização como único modelo possível de desenvolvimento, defendendo o fomento e modernização da atividade agrícola.

Em meio ao tensionamento ideológico sustentado por liberais e desenvolvimentistas, o Governo Brasileiro apresenta uma proposta com uma visão integradora sobre o desenvolvimento: “os setores diretamente produtivos – indústria e agricultura – acionam o processo desenvolvimentista, aumentando os investimentos, a produção e o emprego e comunicando igual impulso à infraestrutura econômica e social” (Brasil, 1971, p. 19). Observa-se que o planejamento estratégico dos governos militares, primava por uma proposta de integração aos diversos setores produtivos, nas diversas regiões, além de dispensar importante atenção à questão social e consolidação de um mercado interno, o que melhor se aproximava das demandas nacionais àquele momento, ou mesmo na atualidade.

Acerca das demandas por integração apresentadas neste PND (1972/1974) em referência à Amazônia, nota-se o acionamento da região como norte do Brasil, já no Plano Nacional de Desenvolvimento II (1975/1979) evidencia-se com maior ênfase a Amazônia como *locus* de desenvolvimento industrial, agrícola e mineral à luz de um projeto de ocupação produtiva:

A ocupação produtiva da Amazônia e do Centro – Oeste receberá impulso com o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), O Complexo Mineró – Metalúrgico da Amazônia Oriental e o Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais, além da execução de programas especiais, como o de desenvolvimento do Pantanal. (Brasil, 1974, p. 18).

No afã de desenvolver a Amazônia por meio da modernização produtiva, ocupação e produção agrícola planejada; incentivo à pesquisa para identificação e exploração mineral, propunha-se um conjunto de ações que otimizasse uma pretensa vocação produtiva da região em duas frentes principais: agropecuária e mineró-metalúrgica. Este macroplanejamento de modernização produtiva, dará vazão a uma imensidão de núcleos produtivos na Amazônia, dentre os quais será soerguido o Complexo Industrial de Barcarena, já nos anos iniciais da década de 1980, caminho marcado por progresso e contradições, como esforçou-se em apresentar nas partes que se seguem.

### **3.2 Desenvolvimentismo na Amazônia em tempos de Estado autoritário**

O ideário de desenvolvimentismo pensado para a Amazônia surge, sobretudo, como forma de compreender a sucessão de estratégias econômicas que irão anteceder e permitir a implementação do complexo mineró – industrial Albras/Alunorte. O processo histórico que insere a Amazônia na rota de alcance do desenvolvimentismo, torna-se acentuado com a Constituição

de 1946 e o fomento à distribuição de terras com a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que segundo Oliveira & Carleal (2013) ganha maior dimensão na década posterior com o segundo momento de ascensão de Getúlio Vargas ao poder, e a instituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), além de apresentar um plano de desenvolvimento que contemplava frentes diversas: produção agrícola, transportes, comunicações e energia, crédito e comércio, desenvolvimento cultural, saúde, entre outras. Considerando a vastidão territorial e de fronteira da região amazônica, tal como suas vocações produtivas, como: a exploração dos recursos naturais, minerais, as possibilidades de inserção da agricultura extensiva, apresentou-se em 1954:

O Programa de Emergência para o Desenvolvimento na Amazônia, de cunho desenvolvimentista, buscava, além do interesse na integração nacional, estabelecer formas para a ocupação das terras amazônicas e o estabelecimento de frentes produtivas pautadas na extração de matérias-primas e produção agrícola, o que garantia e resguardava o interesse privado na política estatal. (Oliveira & Carleal, 2013, p. 4).

Como forma de superdimensionar os esforços públicos e privados em favor do desenvolvimento da Amazônia, o Estado já sob a liderança dos militares empreendeu reformas administrativas com a transformação e criação de órgãos e planos para o gerenciamento e fomento das ações estratégicas ao desenvolvimento integrado: Plano de Integração Nacional - PIN (tendo com finalidade principal o gerenciamento de projetos de colonização na Amazônia); POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (atuando na concessão de atrativos tributários e diversos benefícios ao capital nacional e estrangeiro, o que possibilitou o aquecimento produtivo em diversa frentes: agropecuária, mineração, industrialização, construção, bancária, etc.), PGC – Projeto Grande Carajás (destinado a ampla extração e beneficiamento primário de minério de ferro que integrou Pará e Maranhão na extração e escoamento), entre outros.

Como visto, o empreendimento do projeto desenvolvimentista na Amazônia, com maior fervor a partir de 1966, tem se pautado em um amplo processo de expropriação territorial, cultural, dos modos de vida da população local, pois uma vez idealizada pelo Estado brasileiro, a pretensa modernização produtiva, assim como o valor da terra, passam a atender uma série de interesses que em conjunto giram em torno das possibilidades de reprodução do capital, o que nas palavras de Ponte (2010) acaba por estabelecer uma relação antagônica desde a gênese de implantação deste projeto, uma vez que:

Os diversos projetos de desenvolvimento implantados na Amazônia, especificamente a partir da década de sessenta tem expressado os interesses das elites, universalizando ficticiamente seus interesses como o de todos. No entanto, as camadas subalternas da população regional estão ausentes dos benefícios, principalmente no que diz respeito à legislação que versa sobre os incentivos fiscais e a propriedade da terra porque as exigências legais são tais que as camadas pobres não conseguem preencher os requisitos exigidos. (Ponte, 2010, p. 134-135).

De acordo com o enunciado, vê-se que a estrutura jurídica, de subsídios, concessões de terras e incentivos fiscais ao avanço do capital, majoritariamente estrangeiro na Amazônia, alinha-se a um discurso de benfeitorias generalizante de tal forma que a não observância da ocupação da terra pela população local, dos modos de vida e produção efetivados neste território por gerações, mascara a violência física e simbólica envolvida no processo. Para Ponte (2010), o discurso de integração da região amazônica à estrutura produtiva e de modernização nacional, acaba sendo utilizado como forma de justificativa ou mascaramento à apropriação pela iniciativa privada dos bens existentes neste território, tendo na inserção da lógica capitalista de troca seu principal fator de desagregação e modificação dos modos de vida da população local, sobretudo quanto ao valor e uso da terra. Ainda, segundo o autor, o projeto vem, também, acompanhado da ocupação do espaço territorial, com uma nova leitura sobre a questão da terra, que passa a ter valor de troca, para atender às exigências do projeto desenvolvimentista. É um período marcado pela incorporação da política de incentivos fiscais com subsídios aos projetos implantados na região pela iniciativa privada.

Esta mudança acerca do valor de troca da terra, e as consequentes transformações nos modos de reprodução de vida da população local, explica-se devido à lógica das relações sociais quanto ao valor desta. Segundo Martins (1998), não se nota na Amazônia uma lógica concreta de valor da terra como mercadoria desde os primórdios coloniais até pelo menos o alvorecer da década de 1950; observa que os critérios e ocupação se davam por outros valores que não o da mercantilização da terra.

Este novo contexto quanto ao valor da terra mercadoria, superdimensionado no avançar da experiência de liderança política dos militares no poder nacional, a comercialização da terra será empreendida pela atuação intervencionista do Estado, que se explica, com base em Loureiro (1992), devido à maioria das terras amazônicas àquele momento, constituírem-se em propriedade da União ou dos estados.

Desta forma, pelo o que fora apresentado até este momento, o projeto desenvolvimentista para a Amazônia, primou-se pela união de forças entre Estado e capital privado, o que reverberou na quase inobservância das peculiaridades locais, quanto à ocupação e uso da terra já efetivada a muitas gerações pelos autóctones e mesmo pelos que alegariam posse e/ou usucapião. Segundo Ponte (2010, p.92) “foi fácil para a União colocar à venda suas terras para grandes grupos econômicos e empresários, desconsiderando o fato de que àquelas vinham sendo habitadas por gerações e gerações de colonos e de populações tradicionais a região”.

Verifica-se pela assertiva acima, o avanço do global sobre o local, inicialmente sob a égide do mercado, do capital, posteriormente, dos mais diversos locais onde as formas de reprodução do capital sejam permitidas, pois no Brasil, a partir do avançar da política econômica desenvolvimentista dos governos militares, verifica-se a expansão do mercado externo por demandas de ocupação e produção globais sobre os mercados locais. Dessa maneira, os lugares locais que se transformam em lugares globais mais complexos, por exemplo, se inserem em redes mundiais de fluxos econômicos, produtivos, financeiros, culturais, entre outros e, por consequência, essa redefinição produz novas relações e manifestações de poder no território, provocando mudanças organizacionais, estruturais e de gestão. (Vieira, et al., 2010, p. 4).

Tal constatação observa-se na leitura do Plano Nacional de Desenvolvimento II – PND II (1975/1979), onde apresenta-se um sem número de estratégias econômicas e produtivas, uma conciliação discursiva entre Estado, Capital Global, e demandas regionais de modernização e integração, mas que em uma leitura mais detida, permite-se enxergar o global buscando atendimento de suas demandas exógenas e endógenas, vista desta maneira, “é relevante, desse ângulo, o fato de que a ocupação de novas áreas – no Planalto Central, no Centro Oeste, na Amazônia –, pode representar significativa contribuição do Brasil à escassez mundial de alimentos, minerais e outra matérias-primas, do fim da década ao fim do século”. (Brasil, 1974, p. 58, grifo nosso).

Pelo excerto, compreende-se que apesar de o Plano Nacional de Desenvolvimento II apresentar metas audaciosas com vistas à aplicação e desenvolvimento de tecnologias, modernização produtiva, qualificação de mão de obra, entre outros, ainda assim, assinala na direção de uma pretensa vocação produtiva nacional na produção e exportação de produtos primários. Apesar dos apelos modernizantes e industrializantes impulsionados desde o avançar da década de 1930, já com o primeiro governo dos militares, nota-se que a apropriação de tecnologia de ponta àquela altura ainda não era dominada por instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas em território nacional; e ainda, que no afã de integrar a vocação produtiva local ao mercado global, entendeu-se que àqueles mercados seriam os mais competitivos a se ingressar.

Acerca da integração ao mercado global, Maia (2017) ressalta que o conjunto de planos e projetos idealizados e executados pelos governos militares, como os Planos Amazônia I e II, e, o POLAMAZÔNIA conformaram-se em ações estatais com vistas à integrar a região ao capitalismo internacional, disponibilizando uma série de incentivos e subsídios, de forma a equacionar a disponibilidade de aplicação do capital nacional e estrangeiro às demandas do mercado internacional, com as possibilidades de exploração dos recursos naturais abundante disponíveis em território amazônico. Para a consecução

deste ideário, “os programas e planos econômicos do governo tinham como critério básico o investimento em infraestrutura, subsídios e incentivos fiscais com o objetivo de atração de capital à exploração das riquezas naturais” (Maia, 2017, p. 211).

Já a partir de 1966, com a “Operação Amazônia” os esforços do governo voltaram-se para atender os interesses dos possíveis investidores, o que será incrementado com a reforma administrativa, que entre outras coisas irá transformar a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) na SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), e o Banco de Crédito da Amazônia (BCA S/A) no BASA (Banco da Amazônia S/A). Segundo Maia (2017), é neste ambiente de concessão de incentivos fiscais, creditícios e territoriais, que Barcarena entra na rota de alcance dos projetos desenvolvimentistas, e, assim como dezenas de outras áreas da Amazônia, o desenvolvimento, muito mais desenvolvimentismo, não chegará sem sequelas.

Neste sentido, em relação às diversas concessões ofertadas pelo Estado à implantação destes complexos industriais, com vistas ao crescimento econômico acelerado, Ponte (2010) ressalta que o esforço governamental propiciou a concessão, venda, ocupação de grupos empresariais em terras que já tinha gente dentro, daí entende-se que “a violência coordenada pelo Estado sobre a Amazônia, em nome da política de desenvolvimento, colocou à margem povos e comunidades tradicionais e ampliou as situações de conflito social envolvendo os agentes responsáveis pelos empreendimentos” (Maia, 2017, p. 13).

Na verdade, gerou-se uma rota de colisão imediata entre a população local, habitante das terras onde alocaram-se tais projetos e as empresas, tudo isso, com a mediação do Estado, que ora, alinha-se às demandas das comunidades expropriadas; ora, garante disposições legais para que as empresas possam adequar-se a determinadas demandas dos atingidos por sua operação, mas nem de longe reparando eficazmente os problemas surgidos. O exposto até este ponto, é convidativo a um olhar pelas frestas do contexto ideológico que deu vazão à implantação do complexo minero metalúrgico Albras/Alunorte no território pertencente ao município de Barcarena, Pará, Amazônia, e daí visualizar o atendimento das ações de desenvolvimento pretendidas.

### **3.3 Desenvolvimento e sua reverberação na Comunidade São José**

A idealização final e o início da materialização de construção do Complexo Industrial Albras/Alunorte encontram contexto político e econômico favorável com o lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento III (1980/1985), já que neste enunciava-se preocupações concernentes à simbiose de crescimento com desenvolvimento, no que segundo Fonseca (2004), se daria por meio de uma ideia de desenvolvimento integrado, para se garantir modernização na infraestrutura, produção, subsídios, expansão do mercado de trabalho, também em frentes, como: seguridade social, educação, habitação, ciência e tecnologia, assim: “A expansão do setor industrial é fundamental para tornar possíveis os objetivos gerais e os próprios objetivos dos setores prioritários, quais sejam, o de agricultura e abastecimento, o de energia e os sociais.” (Brasil, 1979, p. 70).

Neste PND III, fica latente o avanço do global sobre o local em condições já mais estruturadas, o que permite encaminhar com maior vazão o projeto que buscava:

Promover e apoiar a reorientação espacial dos novos investimentos, de modo compatível com os interesses mais amplos da política nacional de desenvolvimento: a descentralização industrial não é entendida neste Plano como transferência de atividades das áreas mais industrializadas para outras, mais como privilegiamento relativo dos atrativos locais de novas áreas e polos. (Brasil, 1979, p. 72).

Pelo excerto, compreende-se que o citado complexo industrial instalado em Barcarena na primeira metade da década de 1980, fazia parte de projetos de desenvolvimento que buscavam consolidar uma descentralização industrial, com alcance

não apenas produtivo, mas sobretudo que pudesse considerar os atrativos locacionais que propiciassem a instalação de polos industriais em novas áreas.

Neste ponto, verifica-se que tal predileção por novas áreas de aproveitamento industrial, aliava-se a uma demanda pertinente às áreas adjacentes aos grandes polos industriais instalados na Amazônia pela posteridade, a questão ambiental; daí enunciava-se que: “Terão preferência para execução também projetos para prevenir e combater problemas atuais ou iminentes relacionados com a poluição das águas e do ar, sobretudo no interesse da população dos maiores núcleos industriais e urbanos e para erradicar doenças endêmicas” (Brasil, 1979, p.69).

A prescrição da preferência para a “execução também de projetos” com vistas a prevenção e combate de problemas atuais, ou seja, já verificados em relação a instalação de grandes projetos industriais, energéticos e de infraestrutura na Amazônia nos finais da década de 1970 e início do decênio de 1980; ou os problemas iminentes relacionados à poluição das águas e ao ar, parecem compatíveis com o reconhecimento de tais problemas ocasionados por estas alterações e exploração no meio ambiente destes locais. No entanto, a prevenção parece ter sido negligenciada no avançar dos anos, pois nos últimos anos foram veiculadas denúncias quanto a estes problemas por ocasião da operação do complexo industrial Albrás/Alunorte:

Há um ano, a cidade de Barcarena, no nordeste do Pará, enfrentava mais um acidente ambiental. O despejo de rejeitos tóxicos da refinaria Hydro Alunorte, da norueguesa Norsk Hydro, atingiu comunidades e rios. O caso veio à tona no dia 17 de fevereiro de 2018 e ganhou repercussão internacional. O episódio culminou no depósito de R\$150 milhões pago pela Hydro Alunorte. A refinaria, que também concordou em investir R\$ 250 milhões em Barcarena, além de pagar R\$33 milhões em multas, continua negando envolvimento com os altos índices de poluição da área. (Carneiro, G1-PA, 2019).

O trecho da matéria jornalística publicada em 2019, demonstra que 40 anos depois das preocupações constatadas e antecipadas no PND III (1980/1985), os problemas de agressão não apenas ao meio ambiente, mas sobretudo, às comunidades circunvizinhas ao complexo industrial mineral não foram contornados, sendo muito mais judicializados, que prevenidos.

Neste ponto, a instalação do complexo Albras/Alunorte, bem como a reverberação do desenvolvimento idealizado para o município de Barcarena, aproxima-se do que Netto (2009) identifica como atribuição do Estado frente ao avanço do capital sobre o local, quanto à criação de condições favoráveis à sua instalação, exploração e manutenção de hegemonia sobre o território, onde mesmo quando atua de forma fiscalizadora, acaba-se se criando ou proporcionando estratégias para que a hegemonia se mantenha, apenas com adaptações à reprodução discursiva inicial de benefícios às comunidades locais.

A construção e execução de projetos de desenvolvimento que buscavam integrar e otimizar a exploração do espaço amazônico, se conforma em uma simbiose de interesses entre Estado e capital, notadamente estrangeiro: “Esta aliança de interesses, entre capital e estado, tem se traduzido em plano de desenvolvimento e políticas econômicas que visaram ampliar o controle do Estado sobre o território amazônico e facilitar o avanço do capital” (Hazeu, et al., 2019, p.2). Nesta conjuntura, a Amazônia, o Pará, o município de Barcarena não se traduz em uma ilha em meio a este avanço do capital, pois em meio a isto:

No estado do Pará destaca-se o município de Barcarena onde o capitalismo de fronteira por meio da atuação das empresas capitalistas com o apoio do Estado, tem provocado desastres ambientais e sociais desde a implantação do complexo industrial-portuário-urbanístico da Albrás/Alunorte, ainda na década de 1980. De 2000 a 2018 foram identificados 24 desastres ambientais em Barcarena, envolvendo naufrágios de navios de carga, derramamento de lama vermelha, de caulim, de óleo, de soja além da contaminação das águas, da terra e do ar. (Hazeu, et al., 2019, p. 2).

As implicações ambientais e suas reverberações sociais destacadas no excerto acima, demonstram os graves problemas ocasionados, por vezes irreversíveis, com destaque para os deslocamentos constantes das populações habitantes das áreas diretamente atingida pelo descarte destes poluentes, onde cerca de 10 mil pessoas foram retiradas de seus locais de

habitação; considerando esta realidade apresentada sobre estas duas décadas iniciais do século XXI, entende-se que estes problemas causadores dos deslocamentos forçados no município de Barcarena, sejam diferentes daqueles ocasionados no momento de construção do complexo minero metalúrgico.

Os moradores da comunidade São José foram submetidos a um deslocamento forçado de forma geral, pois situavam-se na área interna do que viria a ser o citado empreendimento industrial mineral, e que de início acabaram sendo realocados em áreas próximas, como: Colônia CDI em Vila Nova, Itupanema e Vila do Conde. Estas comunidades, também acabaram sofrendo com as agressões ambientais, e por conseguintes, sociais advindas dos despejos irregulares de poluentes no ar e água da região: “Jardim Cabano, Burajuba, Vila do Conde, Vila Nova, Itupanema, Bom Futuro e Murucupi” (Barbosa, 2020).

Este quadro de exploração dos recursos naturais, aliada à transformação dos modos de vida da população local, à degradação ambiental e a piora significativa nas condições de saúde da população circunvizinha ao polo industrial instalado, enquadra Barcarena nas “zonas de sacrifício”, um termo usado por Edna Castro Apud Barbosa (2020) para designar aquelas “grandes regiões no mundo que tomadas pela ganância do capital acabam destruindo o meio ambiente e a vida da pessoas, adoecendo tanto o homem quanto à natureza, produzindo efeitos contínuos que geram a negação da vida.

A ideia de zona de sacrifício acaba ganhando plena empregabilidade ao caso dos moradores da comunidade São José, pois verifica-se sua desterritorialização por conta de uma demanda específica do capital, o que os envolveu em um processo de deslocamento territorial forçado, onde acabaram sendo acometidos pelos efeitos contínuos da instalação e funcionamento do polo industrial mineral ali instalado, uma vez que em sua maioria as pessoas envolvidas neste processo foram radicada nas áreas próximas ao polo industrial, e assim, passando a absolver toda sorte da carga de problemas sociais gerados, e ainda mais, com o agravo das condições de saúde devido à poluição do ar e dos rios. Entendido desta forma, compreende-se as zonas de exclusão, não apenas como áreas de exploração e degradação ambiental, mas também, como *locus*, onde as pessoas são representadas como empecilho ao avanço do capital, invisibilizando sua condição de seres humanos com direito pleno à vida.

Visto por esta ótica, o polo industrial de Barcarena e os impactos ambientais e sociais ocasionados por ocasião de sua idealização, construção e operação, representa uma zona de exclusão em processo contínuo de reprodução de capital, bem como das mazelas daí iniciadas e advindas, já que:

Ela é zona de sacrifício não para a empresa. Ela é zona de sacrifício para a população. Ela é zona de sacrifício para os animais. Ela é zona de sacrifício para os peixes que estão morrendo. Ou seja, aquele território se torna uma negação da vida e a luta social, a luta das comunidades que também é uma luta na qual eu me incluo como intelectual, porque eu tenho uma responsabilidade como intelectual de pensar no país, de pensar na sociedade e não pensar nas empresas. (Edna Castro *apud* Barbosa, 2020).

Em atenção aos condicionamentos adversos inculcados na relação de poder, diria muito mais de interesses, envolvidos entre os moradores da comunidade São José e a instalação/funcionamento do complexo industrial Albras/Alunorte, verifica-se que estas pessoas tem a negação de sua vida superdimensionada por um fazer contínuo de negações: primeiro, o processo inicial de desapropriação foi encaminhado por meio de negociações pautadas na comunicação das decisões tomadas pelo poder público em tenção às demandas dos industriais, não havendo outra possibilidade a não ser envolver-se em um deslocamento forçado, que desterritorializou de forma diversa: uns alocados na Colônia CDI, outros recebendo terrenos em outras áreas, outros recebendo indenização pecuniária, e outros ainda, contando com materiais de construção para erguer suas novas moradias.

Nesta caminhada histórica de negação da vida, a maioria das pessoas segue sendo impactada pelo mesmo processo que as acometeu ainda nos anos iniciais da década de 1980, pois ao se deslocarem para áreas próximas ao complexo industrial, passaram a conviver com as mazelas de seus funcionamento aliadas às promessas não cumpridas quanto às demandas com

saúde, saneamento, trabalho, transporte, entre outras: a negação aos modos de vida cotidiano vivenciado na área desapropriada, seguiu com as más condições de moradia e de possibilidades produtivas nas novas terras; além disso, as condições de vida adversas nestas novas áreas acabou sendo prejudicada devido aos problemas ambientais, o que ora promoveu/promove graves problemas de saúde, ora inviabiliza a vida produtiva devido à contaminação do ar, das águas e do solo.

As adversidades supracitadas aos moradores da comunidade São José, fica latente nas palavras de Raimunda do Socorro, em referência às condições encontradas na nova terra de alocação: *“Porque não tinha mais nada, estava uma situação assim difícil lá, que não tinha renda. E aí meu pai resolver sair de lá”* (Entrevista realizada com Raimunda do Socorro da Silva Serrão, em 25. 09. 2020). Fica evidente nesse trecho, que os condicionamentos adversos encontrados por estes moradores, não cessou-se com a desapropriação inicial, o que gerou um deslocamento forçado às novas áreas, sendo seguida pelo deslocamento forçado/voluntário devido à ausência de condições estruturais nestes terras; e, ainda, às más condições de vida e saúde devido à poluição ambiental que atingiu/atinge os que permaneceram nas novas terras e, mesmo os que se deslocaram às novas áreas do município de Barcarena, umas mais, outras menos atingidas por tal destruição ambiental.

As alterações territoriais e de chegada/operação dos novos empreendimentos empresariais advindos da atividade industrial minero metalúrgica e toda a rede de infraestrutura daí consequente, marcaram profundas alterações nas condições de vida das famílias oriundas da comunidade São José, o que provocou um campo dinâmico de desterritorialização e da constituição da identidade desta população, como se apresenta na parte em sequência.

### **3.4 O crescimento econômico local e as identidades em movimento**

Nestas décadas iniciais do século XXI, a produção acadêmica vem ampliando as concepções sobre povos ou comunidades tradicionais (Moraes et al., 2017; Diegues & Arruda, 2000; Carvalho & Macedo, 2018; entre outros). Presume-se que tal ampliação nesta definição, tenha ocorrido mediante à clara diversidade existente nos modos de vida e diálogo com a natureza existentes no Brasil, em especial na Amazônia e, mais do que isto, o reconhecimento de que as concepções sobre populações tradicionais se expandem em muito à previsão constitucional quanto a indígenas e quilombolas. Segundo a Constituição Federal:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;” (Brasil, 2007, Art. 3º, I).

Dando vazão a este maior alcance acerca das populações tradicionais, Brandão (2020, p. 350) ressalta que “Em qualquer direção e provavelmente em todos os lugares onde exista, entre as suas diferenças culturais sempre presentes, uma das características de base na comunidade tradicional é a inevitável presença do outro na vida de todos”. As análises sobre os relatos dos moradores de São José demonstram como diversos outros estavam presentes na vida daquelas pessoas: parentes, pais, vizinhos, lideranças religiosas e comunitárias, sendo notórias as influências que estes encontros cotidianos tinham em seus modos de vida, se fazendo presentes:

Seja como um sujeito individual - um pai, uma mãe, um padrinho - seja como um sujeito institucional ou mesmo plural - um ancestral familiar, um líder de clã, um conselho de comunidade - a presença que ao mesmo ampara, reconhece, identifica e controla a pessoa de cada integrante de tudo o que vai de um casal à própria comunidade no seu todo, representa um ator e um fator de atribuição de identidade. (Brandão, 2020, p. 350).

Esta complexa teia simbólica, que também se traduz na reprodução material da vida nestas comunidades, acabam tendo ameaçadas suas relações historicamente constituídas, sempre que se fala em chegada de progresso, desenvolvimento

e/ou crescimento econômico, já que, ao que parece, a demanda imediata por crescimento econômico em um dado território, por vezes vem acompanhada de um discurso assertivo de destruição das identidades tradicionais, mas Sahlins (1997) desnuda tal asserção ao considerar a dinâmica de atualização das tradições culturais, ao considerar que estas estão em constantes transformações de acordo com os diversos atenuantes conjunturais surgidos.

Acerca da visão sobre a sociedade capitalista moderna se organiza sob diferentes esferas que acabam sendo acionados por conta das diversidades como se ordenada o mundo humano: economia, política, cultura, religião, entre outras, tendo como imperiosa a esfera econômica, Sahlins (2003) chama a atenção para o fato de que esta ideia se traduz numa premissa ideologizante, pois tende a generalizar de forma uníssona a percepção que as sociedades e sujeitos sociais tem sobre os processos de formação da sociedade; daí compreende-se que as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se relacionar com as demandas sociais, podem estar em constante atualização, inclusive as identidades e tradições.

Seguindo na problematização quanto à relação identidade e tradição, toma-se que as ideias de Hall (2005) para quem as identidades nacionais/locais não podem ser entendidas como algo estático, mas tomadas de um caráter híbrido, marcadas por um dinâmico processo de reafirmação, encontros e desencontros proporcionados pelos deslocamentos de ambiente, ou das mudanças próprias ocorridas no próprio ambiente onde se vive. Vista desta forma entende-se que:

A assim chamada ‘crise de identidade’, é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (Hall, 2000, p. 7).

Considerando esta chamada “crise de identidade”, como fruto de um processo amplo e dinâmico pelos quais a sociedade vem passando de forma acelerada, vê-se que os quadros de referência de pertencimento dos indivíduos não se conformam na fixidez de outrora, sobretudo como no caso dos moradores da comunidade São José, que uma vez relacionados a um processo de desapropriação e deslocamentos forçado, também voluntário contínuos, devem ser compreendidos dentro de um universo global reconhecendo que “as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (Hall, 2005, p.14).

Sob esta ideia de identidade como algo dinâmico, verifica-se no caso dos moradores de Barcarena, em especial os sujeitos sociais de onde parte as análises aqui representadas: os moradores da comunidade São José, que o processo de transformação industrial e estrutural iniciado com a instalação do polo industrial Albras/Alunorte, se desdobrou em frentes diversas no avançar dos anos, pois:

A partir da década de 1990, com a melhoria da economia na região, a *company town* atraiu muitos migrantes em busca de empregos nas fábricas instaladas em Barcarena, e isso fez com que muitos bairros e áreas de ocupação espontânea surgissem em locais que antigamente constavam no plano urbanístico e, porém, não apresentavam ocupações consolidadas, como por exemplo, os bairros do Laranjal e Pioneiro, que existem atualmente. (Silva, et al., 2017, p. 5).

Os fluxos migratórios relacionados à instalação dos grandes empreendimentos industriais e sua infraestrutura habitacional, de ruas e estradas, entre outros, no caso de Barcarena proporcionou dois aspectos principais correlacionados: a ocupação ordenada e desordenada do espaço urbano, pois apesar da construção de uma *company town*, as áreas adjacentes que constavam no plano urbanístico, mas que contudo, não foram beneficiadas com as instalação de infraestrutura habitacional, acabaram servindo à demanda de ocupação espontânea em busca de moradia, pelos indivíduos que ali chegavam em busca de trabalho nas empresas instaladas. Além disso, devido aos fluxos migratórios internos, por conta das desapropriações e a realocação de pessoas locais, e a chegada de um elevado número de pessoas externas, teve-se um acentuado crescimento

populacional, o que propiciou uma dinâmica mais acelerada acerca da constituição desta identidade tradicional aos moradores da comunidade São José.

Ora, mas o que esses descolamentos populacionais teriam de relação com a identidade tradicional dos moradores da comunidade São José? Inicialmente, deve-se considerar que a desterritorialização e reterritorialização ocorrida com estas pessoas, como sugere Haesbaert (2004) neste constante processo se criam novos territórios e, por conseguinte, novas territorialidades; assim, as pessoas desapropriadas da comunidade São José ressignificaram suas identidades tradicionais, àquela formada pelas formas de morar, produzir, viver e se deslocar na comunidade, agora, deparada com novas relações de lidar com a nova terra, formação de um novo território, às novas formas de ser e viver o novo cotidiano, num constante processo de hibridismo identitário (Hall, 2005).

Posteriormente, considera-se que o contato com esta leva de sujeitos sociais em movimento, com naturalidades/nacionalidades e identidades diferentes chegados ao município de Barcarena, tenha contribuído para se reafirmar, ressignificar e/ou surgir novos parâmetros identitários, nas mais diversas formas: apreensão de ofícios e/ou técnicas de trabalho e produção; deslocamento de ofícios; mudanças em usos, costumes e linguagem; favorecimento nas escolhas de possíveis deslocamentos forçados, agora já voluntário, entre outras coisas, condicionamentos estes que acabam moldando as melhorias e pioras nas condições de vida desta população local, frente ao anunciado crescimento econômico.

Pelo o que se viu até este momento, o município de Barcarena passou e, ainda, passa por transformações significativas de ordem material, também imaterial, forjou novos territórios, novas identidades, atualizou identidades tradicionais, fez surgir um amálgama social híbrido, muito em função do avanço do global sobre o local, em sua vertente mais imperiosa, a econômica. Diante desse quadro complexo, se faz necessário e de grande importância inferir as sensibilidades sentidas e externalizadas pelos moradores quanto às implicações da instalação do complexo industrial Albras/Alunorte no desenvolver de suas vidas na atualidade. Tais transformações serão apresentadas e analisadas na próxima subseção.

### **3.5 Transformações materiais e as sensibilidades invisíveis na atualidade nas palavras dos moradores da Comunidade São José**

Inicia-se esta parte com a pertinente referência a um fenômeno social surgido nas décadas finais do século XX e iniciais do século XXI, sistematizado nas palavras de Netto (2012), o qual o nomeia de *a nova pobreza*, àquela surgida desde a experiência europeia e difundindo-se a seu modo às demais áreas onde os tentáculos do capital aliados ao poder do Estado pode alcançar. Nesta conjuntura:

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. (Netto, 2001, p. 13).

Quanto à relação antagônica de aumento na capacidade social de produção e reprodução de riqueza, de mãos dadas à inovação tecnológica e a conseqüente produção e oferta de mais e mais bens e serviços, seguidos da negação de acesso à tais bens e serviços, e a perda de acesso às condições materiais e imateriais que usufruíam em outrora. Esta relação antagônica é plenamente reconhecível quando analisasse as respostas dos moradores da comunidade São José consultadas, quando indagadas sobre: *Como você avalia o processo de implantação do projeto Albrás/Alunorte e que resultados o mesmo propiciou ao seu modo de vida atual? Como se apresenta no quadro em sequência.*

A análise dos relatos parece aproximar-se do que Barth (2002) entende como “sistemas sociais fraturados”, sob a premissa de que sujeitos sociais que compartilham de condições de produção semelhante, ainda assim podem fazer leituras diferentes da realidade, pois a realidade pós desapropriação é descrita com satisfação por alguns, já para outros os elementos desfavoráveis são majoritários; assim, têm-se duas versões de um mesmo processo: memórias das perdas e memórias de ganhos.

Na próxima subseção, apresenta-se as perdas materiais e simbólicas desses deslocamentos a partir da experiência vivida pelos moradores da Comunidade São José.

### 3.6 O que se abstraiu como perdas materiais e simbólicas?

Inicialmente, identifica-se as perdas quando se suscita as ocorrências negativas pelas quais os indivíduos envolvidos no processo de desapropriação, desterritorialidade e reterritorialidade foram submetidos já nos novos territórios, que pode ser confirmada nas palavras de Raimunda do Socorro da Silva Serrão, pois segundo este tal evento:

*Foi negativo, por que trouxe muitas enfermidades, gente que já morreu ali, né? Teve muitas coisas, até os empregos, que o maior emprego vem do pessoal de fora, por que não tem formação também, por que não coloca muita gente daqui, por que não tem formação, ninguém se atualizou, né? Poucos são formados, tem sua faculdade hoje, né? Então foi muito difícil. E teve muitos pontos negativos de morte, acidente que já teve lá, de pessoas que eu conheço e a pobreza. A gente tava no meio da riqueza e não sabia, né? Muitas vezes falo isso pra minha mãe pra meus irmãos, que era pra ser milionário, rico, né? e não sabia de tudo aquilo que tinha ali. (Entrevista realizada com Raimunda do Socorro da Silva Serrão, em 25. 09. 2020).*

Destaca-se na fala desta moradora, questões relacionadas à problemas de saúde, inclusive com a ocorrência de mortes e a pobreza que parece ter imperado entre àqueles moradores; no entanto, o usufruto das benesses da chegada do progresso tecnológico ao que foi indicado, esbarrou logo de início no acesso aos posto de trabalho, sendo comumente empregados os trabalhadores vindos de fora, sobretudo devido à debilidade formativa destes moradores, já que quase ninguém se atualizou, ou seja, se qualificou profissionalmente; a moradora indica em sua fala que algumas poucas pessoas, posteriormente, possivelmente os filhos destes moradores desapropriados, conseguiram ter “sua faculdade”, isto é, formação qualificada para assumir os postos de trabalho na indústria.

Um dos pontos mais fecundos ainda na fala de Raimunda do Socorro, foi a assertiva final quando se enunciou que “*A gente tava no meio da riqueza e não sabia, né? Muitas vezes falo isso pra minha mãe pra meus irmãos, que era pra ser milionário, rico, né? e não sabia de tudo aquilo que tinha ali*” (Idem.). Com este discurso nota-se a não compreensão de uma lógica de território usado e uso do território, pois o território usado pelos moradores, bem como o valor atribuído àquela terra, representava muito mais um amplo espectro de condicionamentos que fazia ser possível a reprodução de sua existência cotidiana. Já quando se diz que não sabiam que estavam em cima da riqueza, nos diz muito sobre o valor atribuído por quem se interessou pelo uso do território sob o viés econômico, pois ao que se indica os moradores não tinham informações sobre pesquisas, tecnologias e indicadores de exploração mineral, daí entende-se que somente os detentores de tal tecnologia poderiam estar interessados em locais de exploração de tal parâmetro de riqueza.

Por outro lado, é importante ressaltar que o local onde se instalou o complexo minero metalúrgico Albras/Alunorte não se conforma em um local de extração mineral, mas sim, de beneficiamento da bauxita e sua consequente transformação em alumina e alumínio, tendo sido alvo da cobiça do capital global, já aqui retratada, devido sua localização geográfica, diretamente vinculado ao porto da CDP, que recebe navios de grande calado e, principalmente, sua proximidade dos maiores consumidores de *commodities* mundiais (Estados Unidos, Europa e Ásia).

De outra forma, tomando a asserção de que poder-se-ia ser milionários, desconsidera a parceria do Estado com o capital global, numa aliança de contrapartidas envolvendo altos valores econômicos e de emprego de tecnologia, que jamais se disponibilizaria aos moradores, e nem tampouco, se interessaria em pagar os valores indenizatórios que àquela terra tinha/tem.

Acerca deste acesso aos meios financeiros de produção, Netto (2012) destaca que enquanto a oligarquia do capital global se movimenta de forma integrada entre si, e assentada em preceitos institucionais e legais de Estado, inclusive com investidas de desmonte do aparato legal e institucional considerados intervencionistas e ou limitadores do maior alcance lucrativo, as camadas subalternas encontram-se em crise, inclusive em sua representatividade associativa já plenamente inclinada às demandas de um proletariado. Entende-se daí, que a debilidade formativa dos moradores de início alinha-se ao interesse do capital quanto às suas formas de reprodução, pois o desconhecimento do potencial econômico sobre a terra habitada, acaba por impedir até possíveis inclinações associativas e/ou cooperativistas, e assim, possíveis padrões de resistências iniciais à expropriação e/ou de envergadura à busca por financiamento à atividade implantação daquela vindoura atividade industrial.

De outra forma, as oportunidades auferidas no decorrer do experienciar novos territórios, na consolidação de novas territorialidades suscita memórias de melhorias no avançar dos anos, ora relacionadas a instalação do complexo industrial mineral, ora pelas oportunidades possibilitadas pela instalação e expansão dos serviços público e privados no município de Barcarena.

Na próxima subseção, apresenta-se os ganhos materiais e simbólicos desses deslocamentos a partir das experiências vividas e experienciadas dos moradores da Comunidade São José.

### 3.7 Experienciando ganhos materiais e simbólicos nos deslocamentos

A análise em conjunto das respostas das demais entrevistadas, dadas ao mesmo questionamento enunciado no quadro anterior, indica alguns aspectos contidos nas premissas de experiência vivida e experiência percebida de Thompson (1987; 1998; 2001)<sup>2</sup>; visto que, por vezes, os moradores acabam apresentando visões semelhantes, complementares e divergentes da realidade vivenciada. Nas palavras de Onila Barbosa, a implementação do complexo Albras/Alunorte e sua influência na vida atual:

*Melhorou pra nós mais, né? Naquele tempo pra nós era ruim mesmo. Agora não, tá tudo mais em conta, né? Eu também me aposentei, pronto, não trabalho mais, já trabalhei com lavoura, né? Eu me aposentei por lavoura (como agricultora). Disse agora não vou mais trabalhar, já chega, trabalhei parece um cavalo (risos...). Agora não, tá tranquilo aqui, faço minhas coisas em casa, capino o terreiro, não deixo de trabalhar, né? eu capino, né? Tendo a grana a gente paga, mas não tendo... porque hoje em dia se não tiver a grana a pessoa não vai fazer de graça pra gente. Agora depois que me aposentei, eu recebo, faço minhas comprinhas, pago minha luz, pago minha água, tudo é pago, né? (Entrevista realizada com Onila Barbosa dos Santos, em 20. 09. 2020).*

As palavras desta relatora, demonstram imediatamente uma assertiva positiva acerca da vida atual como reverberação da instalação do complexo industrial mineral que gestacionou a desapropriação dos moradores da comunidade São José; no avançar do seu discurso nota-se a associação desta positividade à dureza das condições de trabalho na lavoura, e ainda, das coisas estarem mais em conta, indicando maior poder de compra do dinheiro auferido na atualidade, oriundo de sua aposentadoria.

---

<sup>2</sup> Na acepção de Thompson (1987; 1998; 2001), a experiência vivida não se confunde com a experiência percebida, dado que esta última representa a tomada de consciência e/ou reflexão dos indivíduos acerca de um dado evento ou experiência, sendo que por esta asserção entende-se que mesmo sujeitos sociais de um mesmo grupo social submetidos a uma mesma realidade podem fazer leituras distintas desta.

O alívio demonstrado nas palavras da moradora relaciona passado e presente, pois quando esta diz: “*eu também me aposentei por lavoura (como agricultora), agora não vou mais trabalhar, já chega, trabalhei parece um cavalo*” está acionando uma rede de memória sobre sua atividade produtiva desenvolvida na comunidade São José, que diante das palavras e da sensação de alívio notadas no relato, assemelha-o a algo “pesado”, “difícil”, e ainda, a permanência de práticas produtivas passadas de geração a geração, o que a faz rememorar passagens da vida familiar:

*Meu marido era caçador, depois que ele morreu meu filho continuou caçando, andando pelo mato aí, aí eu digo pra ele, olha o pessoal da Albras. Ara pessoal da Albras nada, eles me conhecem. Olha tem polícia pelo mato. Naquela época podia, agora tá tudo proibido.* (Entrevista realizada com Onila Barbosa dos Santos, em 20. 09. 2020).

A lembra-se de que se marido era caçador e, que mesmo com seu falecimento, seu filho seguiu caçando, isso indica que mesmo com o deslocamento forçado e a realocação de sua família em outra terra, foi possível constituir território e novas territorialidades, em conformação a um processo dinâmico de reterritorialização, onde a identidade tradicional foi sendo atualizada de acordo com as novas demandas, inclusive fiscalizadora do capital, pois como a moradora advertia seu filho sobre a presença do pessoal da Albras ou da polícia no mato, entende-se que a caça tenha sido proibida nas terras ocupadas por este complexo industrial, mas que, mesmo com tal proibição, a prática seguiu: “*Naquela época podia, agora tá tudo proibido*” (Idem).

Na mesma linha de percepção da moradora 4, a moradora 3 reafirma a positividade na nova conjuntura, também, associando-a à conquista da aposentadoria: “*Foi bom, foi bom porque, graças a Deus eu me aposentei, do negócio da pescaria, né? Agora aqui. Negócio da coluna. Aí pronto é isso. Graças a Deus eu tenho aquela barraca lá, tenho energia*” (Entrevista realizada com Onila Barbosa dos Santos, em 20. 09. 2020). Aqui lê-se certa apologia à conquista da aposentadoria, e na mesma medida, à ressignificação da atividade produtiva já empreendida quando da vivência na comunidade São José, como a atividade pesqueira.

Na mesma direção argumentativa concernente à positividade da instalação do complexo industrial e sua influência na vida atual, a moradora 2 aciona uma memória relacionada ao trabalho, no entanto concentra-se na visitação à memória a partir da operação da atividade industrial mineral em Barcarena, já que por meio de autointerrogações, externaliza que:

*Eu acho que quando ela chegou aqui foi muito bom, né? empregou muita gente, né? muita gente que não tinha o 2º grau, né? Ia fichando as pessoas com ensino fundamental, mas depois foi feito uma avaliação, as pessoa tinha que classificar, né? Eu achei bom quando ela chegou pra cá que todo mundo se empregou. Era assim a maioria dos pessoal daqui. Mas depois que a Alunorte veio pra cá que ela é....contaminou da bacia, né? não prestou, devido a água que não pode tomar banho, tem essas coisas.* (Entrevista realizada com Maria das Graças Furtado, em 11. 09. 2020).

Lendo tal relato, vê-se que Maria das Graças internalizou o discurso de chegada do desenvolvimento, ou mesmo viu materializado o discurso de aproveitamento da mão de obra local, como fator de inclusão dos moradores no progresso econômico trazido pela atividade industrial, mesmo que esta tenha sido soerguida sobre os escombros de sua desterritorialização. No entanto, estas palavras não devem ser tomadas como verossímeis sem a devida problematização, pois a ideia de que “*Eu achei bom quando ela chegou pra cá que todo mundo se empregou*” (Idem), em referência a instalação da Albras/Alunorte, demonstra antecedentemente no próprio discurso certo parâmetros de qualificação para conseguir o emprego e, também, entra em dissonância com as assertivas anteriores quanto à aquisição de empregos majoritariamente por pessoas vindas de fora, feita pelos já citados moradores.

De outra forma, esta moradora afirma pontos negativos com tal instalação industrial, segundo a mesma: “*Mas, depois que a Alunorte veio pra cá que ela é contaminou da bacia, né? não prestou, devido a água que não pode tomar banho, tem*

*essas coisas*” (Idem); aqui, constata-se o que se viu em páginas anteriores tocante à degradação ambiental, sobretudo a população das águas as quais usufruem produtivamente e consomem as comunidades circunvizinhas ao complexo industrial. Ainda assim, encerra reafirmando aspectos positivos, primordialmente devido ao ingresso nos postos de trabalho gerados, apesar de lamentar a perda do sossego de outrora, vivenciado na comunidade São José: *“Foi bom que essa indústria veio pra cá por causa que gerou emprego pra muita gente. né? Mas a gente não tem o sossego que a gente tinha antes, tudo”*.

Nas palavras de Dona Maurícia, tem-se um relato fecundo sobre as transformações sociais e territoriais ocorridas com sua família desde sua desapropriação da comunidade São José, que se assemelha aos demais relatos quando se aciona a positividade pautada no fato de que *“Foi bom por que todo mundo tá empregado né?”* (Entrevista realizada com a Dona Maurícia Barbosa da Silva, em 05. 09. 2020); atribuindo assim, a inclusão de seus parentes no mercado de trabalho, não somente ocupando as vagas disponibilizadas pela indústria mineral, mas em setores diversos da economia; sobre a formação e ocupação no mercado de trabalho de seus parentes, esta moradora enuncia:

*O Gordo é engenheiro eletrônico, a Olinda é professora pedagoga, o Binha é eletricista, a Rai tem curso tem curso de diversas coisas. Só que ela não deixa a igreja, o Cacá está fazendo Física, para o ano ele acaba se Deus quiser. A Síria não formou de nada porque não quis, a Brenda também não, agora já tá com 05 filhos, o resto... estão bem os meus filhos todos têm as casinhas deles.* (Entrevista realizada com a Dona Maurícia Barbosa da Silva, em 05. 09. 2020).

Deduz-se nestas palavras, que as possibilidades de estudo e qualificação profissional e, sobretudo, ocupação no mercado de trabalho tenha sido ampliadas depois do deslocamento forçado imposto pela expropriação para a construção e operação da Albras/Alunorte; imagina-se que a maior oferta de postos de trabalho, da oferta de serviços, das melhorias nos transportes, na ampliação da ocupação territorial, também habitacional, impulsionadas pelo aumento demográfico significativo, aliado ao aumento de arrecadação e investimento público nas frentes diversas de atendimento às velhas e novas demandas sociais, possam ter se traduzido em melhorias às condições de vida desta família.

Em outro ponto do relato de Dona Maurícia, fica evidente as dificuldades imediatamente experienciadas pós desapropriação e realocação de sua família:

*Na CDI eu não gostei, nós passamos pouco tempo lá, mas se eles fossem outro, tivessem consideração com nós, não era pra eles terem cobrado, por que nós não fomos indenizados, sempre falo pra o Wanderley isso, outro dia precisei de um papel pra eu me aposentar, eles não me deram, era roceira, agricultor, mas eles não deram. O CDI eu tenho uma mágoa muito grande. Tenho maior desgosto.* (Entrevista realizada com a Dona Maurícia Barbosa da Silva, em 05. 09. 2020).

A frustração demonstrada pela moradora 1, demonstra que sua família fora alocada na Colônia CDI, e que mesmo não tendo sido indenizada, ainda tiveram que pagar as mensalidades pelo usufruto do novo imóvel, o que lhes fez empreender mais um deslocamento forçado, agora voluntariamente, não devido à expropriação, mas oriundo das condições adversas extremas ali vivenciadas, deslocando-se às áreas adjacentes ao núcleo urbano. E aí, neste na constituição este novo território e territorialidades, depararam-se com problemas próprios dos conglomerados urbanos inchados demograficamente pela instalação de grandes polos industriais, quais sejam?

*E aqui eu vivo porque tenho esse terreno, mas eu não gosto daqui, ultimamente, eu e o Gordo não temos sossego. Porque esse pessoal que vende droga, trazem gente pra roubar peixe do meu filho. Tá um inferno, eu não paro de orar, porque se eu parar eu mato um. Já vieram até com espingarda o Gordo para tentar matar ele. Olha foi ruim numa forma porque tiraram nós do nosso lugar, mas foi bom que meus filhos estão trabalhando muitos já até se formaram.* (Entrevista realizada com a Dona Maurícia Barbosa da Silva, em 05. 09. 2020).

Aqui o problema da violência urbana, superdimensionado pela produção, consumo e comercialização das drogas, ameaças à vida por meio do uso ilegal de armas de fogo, é declarado em tom de denúncia e revolta, e logo, imediatamente aciona-se uma rede de memória com uma simbiose de lamento e conformidade, de passado e presente, quando se profere: *“Olha foi ruim numa forma porque tiraram nós do nosso lugar, mas foi bom que meus filhos estão trabalhando muitos já até se formaram.”* (Idem); aqui, nota-se o saudosismo sobre a terra que tinha como eu lugar, mas que forma obrigados a sair, e ao mesmo tempo, as melhores oportunidades de estudo e trabalho que os filhos tiveram.

A rede de memória acionada por esta moradora, apresenta momentos diversos os quais foram vividos e percebidos por sua família, apresentando um duplo deslocamento forçado, o segundo de forma voluntária, os problemas de violência urbana e, ao mesmo tempo, a positividade da aquisição de qualificação e ingresso na atividade profissional por seus filhos, apesar de tudo isto, remeteu-se emocionada a seu passado, a sua vida e de sua ancestralidade na comunidade São José: *“Mas eu não esqueço do meu lugar, porque ali foi onde nós nascemo e se criemo, nós tinha fartura.”* (Idem.)

Este saudosismo acionado na lembrança à fartura vivida, só não é maior que a memória de uma terra que existia em simbiose com sua própria existência, onde se gerou, se nasceu e se criou, retomando uma identidade tradicional oriunda da ocupação e reprodução de sua existência de avós, pais e sua própria descendência.

#### **4. Considerações Finais**

Este artigo objetivou apresentar as possíveis relações acerca do discurso de desenvolvimento, desenvolvimentismo e sua reverberação na Comunidade São José, em diálogo com as diversas frentes de transformações ocorridas em Barcarena, de ordem material e imaterial: econômica, territorial, industrial, estrutural, habitacional, cultural e seus respectivos impactos nos modos de vida dos moradores dessa comunidade.

Os resultados revelam que o ideário inicial acerca de desenvolvimento e desenvolvimentismo como atribuição de Estado no Brasil, inaugura-se com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, perpassando pelo governo de Juscelino Kubitschek e reverberando-se nos governos autoritários da experiência militar no poder da República brasileira.

Tal processo histórico desenvolvimentista inseriu a Amazônia na rota de alcance do capital global frente o local, acentuando-se a partir da Constituição de 1946 e o fomento à distribuição de terras com a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

As falas dos sujeitos da pesquisa revelam que a construção e execução de projetos de desenvolvimento que buscavam integrar e otimizar a exploração do espaço amazônico promoveram alterações territoriais com a chegada/operação dos novos empreendimentos empresariais advindos da atividade industrial minero metalúrgica e toda a rede de infraestrutura. Consequentemente, marcaram profundas alterações nas condições de vida das famílias oriundas da comunidade São José, o que provocou um campo dinâmico de desterritorialização e da constituição da identidade desta população.

Assim, portanto, a comunidade São José teve implicações e transformações materiais e identificou-se perdas quando se suscita as ocorrências negativas pelas quais os indivíduos envolvidos no processo de desapropriação, desterritorialidade e reterritorialidade foram submetidos já nos novos territórios.

Assim sendo, destacamos que o presente estudo baseado na história oral e na memória de moradores da antiga Comunidade São José, coloca em evidencia não só as transformações que a comunidade sofreu em decorrência da implantação de um grande parque industrial (Albras/Alunorte) em sua localidade, mas aponta, também, a necessidade de pesquisas aprofundadas sobre desenvolvimento territorial na Amazônia Paraense e seus impactos nos modos de vida das diversas comunidades existentes, uma vez que a criação de novos projetos para a exploração da Amazônia continuam crescendo e transformando o território e a territorialidade dos sujeitos amazonidas.

## Agradecimentos

Agradecemos, imensamente, a colaboração dos antigos moradores da Comunidade São José, em Barcarena, Pará, dona Maurícia Barbosa, dona Onila Barbosa, dona Maria das Graças Furtado, dona Raimunda do Socorro e seu Raimundo dos Santos, que a partir de suas falas forneceram subsídios para esta pesquisa.

## Referências

- Alberti, V. (2004). *Ouvir contar. Textos em história oral*. Editora da FGV.
- Alberti, V. (2004). *Manual de História Oral*. (3a ed.), Editora da FGV.
- Alberti, V. (1996). *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. Trabalho apresentado à mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”, durante o II Seminário de História Oral promovido pelo Grupo de História Oral e pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/869.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf), acesso em: 03. 03. 2020.
- Albuquerque, A. B. de. (2015). *Desenvolvimentismo nos Governos Vargas e JK*. Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica, 12ª Conferência Internacional de História de Empresas, Vitória- ES, 14 a 16 de setembro de 2015. p.1-28. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/xi-congresso-brasileiro-de-historia-economica-e-12-conferencia-internacional-de-historia-de-empresas>
- Barth, F. (2002). *O guru e o iniciador: e outras variações antropológicas*. Contracapa.
- Barbosa, C. (2020). “Zona de sacrifício”: dois anos após crime, Barcarena sofre com rejeitos da mineração. Brasil de Fato. <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/17/zona-de-sacrificio-dois-anos-apos-crime-barcarena-sofre-com-rejeitos-da-mineracao>,
- Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. Companhia das Letras.
- Brandão, C. R. (2020). *A comunidade tradicional*. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/a%20comunidade%20trad160.pdf>, acesso em: 10. 08. 21.
- Brasil. Presidência da República (PR). *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972/74*. Presidência da República. [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74), acesso em: 10. 11. 2020.
- Brasil. Presidência da República (PR). *II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1975/79*. Presidência da República. [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74), acesso em: 10. 11. 2020.
- Brasil. Presidência da República (PR). *III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1980/85*. Presidência da República. <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/23>,
- Candau, J. (2011). *Memória e identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. Contexto.
- Carneiro, T. (2019). *Um ano após despejos irregulares em Barcarena, moradores continuam sem respostas*. G1 PA. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/02/19/um-ano-apos-despejos-irregulares-em-barcarena-moradores-continuam-sem-respostas.ghtml>,
- Delgado, L.A.N. (2003). *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. Dossiê história oral, 6, 9-25.
- Delgado, L. (2010). *História Oral: memória, tempo e identidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Duarte, T. M. (2009). *O Projeto de Desenvolvimento do Regime Militar e o Estado de Goiás*. OPSIS, Catalão, 9(12).
- Fonseca, P. C. D. (2002). *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*. Revista Pesquisa & Debate (pp. 225-256).
- Hall, S. (2000). *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hall, S. (2005). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. DP&A Editora.
- Hazeu, M. T, Costa, S. G. da, Fialho Nascimento, N. S. (2019). *Comunidades Tradicionais e Sindicatos em conflito com o Estado e Capital em Barcarena (PA)*. Argum, Vitória – ES, 11(1), 173-187.
- Hazeu, M. (2015). *Barcarena: trabalho e mobilidade numa fronteira amazônica globalizada*. Textos & Debates, Boa Vista, RR, 1(27), 123-146.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. Centauro.
- Maia, R de O. M. (2017). *Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de “desenvolvimento”*. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.
- Meihy, J. C & Holanda, F. (2010). *História Oral – como fazer, como pensar*. Contexto.
- Netto, J. P. (2009). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. Cortez.

Oliveira, R. Q. de., & Carleal, L. M. da F. (2013). *Desenvolvimento Amazônico: uma discussão das políticas públicas do estado brasileiro*. Revista Eletrônica Multidisciplinar da Faculdade de Alta Floresta (pp. 1-31).

Ponte, Z. P. X. (2010). *Amazônia, Projeto Desenvolvimentista, Dissimulação e Barbárie*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Dr. Em Ciências Sociais, na Área de Concentração de Sociologia.

Portelli, A. (1997). *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral*. Projeto História, (15), 13-49.

Rostow, W. W. (1974). *Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não comunista)*. (5a ed.), Zahar Editores.

Sarmento, A. D. (2008). *Etapas do Desenvolvimento Econômico – um exercício rostowiano*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Silva, C. N. da., et al. (2017). *Uso do Território e implicações socioterritoriais da mineração no município de Barcarena (Pará – Brasil): população, arrecadação e segurança pública*. Revista Espaços (pp. 1-17).

Sahlins, M. (2003). *Cultura e razão prática*. Jorge Zahar Editor. 231pp.

Thompson, E. P. (1998). *Costumes em comum*. Companhia das Letras, 1998.

Thompson, E. P. (1987). *A Formação da Classe Operária Inglesa: "A árvore da liberdade"* (vol. I). Paz e Terra, 1987.

Trivinos, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. Atlas, 1987.

Vieira, M. M. F., Vieira, E. F., & Knopp, G. da C. (2010). *RAD - Revista Administração em Diálogo* (pp.01-19).